

**CONSTRUTORA MODELAR LTDA**  
**CNPJ: 10.788.243/0001-90**

**À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA-MT.**

## **CONTRARRAZÕES**

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 001/2025**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 032/2025**

**CONSTRUTORA MODELAR LTDA ME**, com sede à Rua Pedro Campos n.º 1080, setor Antônio Pedro, Campinápolis–MT, inscrita no **CNPJ: 10.788.243/0001-90**, neste ato, representada por seu sócio administrador, **Marcos Teixeira de Queiroz**, portador da cédula de identidade RG: 1297667-9, expedida pela SSP/MT, CPF: 896.074.811-00, vem por meio desta **apresentar CONTRARRAZÕES REFERENTE AO RECURSO DA EMPRESA CONSTRUTORA SÃO BENTO LTDA.**

### **1 – CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO.**

Interposto por **CONSTRUTORA SÃO BENTO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ: 43.261.200/0001-00.



## **2 – DO OBJETO DESSAS CONTRARRAZÕES**

A recorrente solicitou a inabilitação da CONSTRUTORA MODELAR da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 001/2025, sobre alegação **EQUIVOCADA E INFUNDADA**, de erros: “BDI alíquota dos impostos (PIS, COFINS E ISSQN) e QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA devido à ausência de nota explicativa contábil que deve acompanhar o balanço **patrimonial** e demonstração de resultado”.

Ocorre que, como veremos adiante, as Razões do recurso interposto pela recorrente não devem prosperar, e têm estas Contrarrazões o objetivo de afastar de maneira contundente e de forma irrefutável tais retenções, pois são descabidas, fática e juridicamente.

Caso seja necessário realizar alguma diligência complementar, a Recorrida se coloca à disposição da CPL, preservando a proposta mais vantajosa. Observa-se que as razões apresentadas pela Recorrente não prosperam, se tratando de manobra que acaba por atrasar o andamento do processo licitatório, onerando de forma injustificada a Administração. Por esta razão, o recurso apresentado deve ser **JULGADO IMPROCEDENTE**, mantendo-se a correta habilitação da recorrida, por todos os fundamentos a seguir expostos.

## **3 – DAS CONTRARRAZÕES FÁTICAS E JURÍDICAS,**

O edital é ato normativo editado pela Administração Pública para instruir o processamento do concurso público. Sendo ato normativo editado no exercício da competência legalmente atribuída, o edital encontra-se subordinado à lei e vincula, em observância recíproca, administração e candidatos, que dele não podem se afastar.

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório está disciplinado nos artigos 3º, 41 e 55, XI, da Lei n.º 8.666/1993, que rege o procedimento licitatório, vejamos:

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao



# **CONSTRUTORA MODELAR LTDA**

## **CNPJ: 10.788.243/0001-90**

instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.(grifo nosso).

**Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.**

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

[...]

XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;”. (grifo nosso).

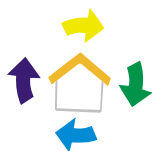
O recurso parte da premissa equivocada de que a proposta da recorrida apresenta dedução indevida de materiais na base de cálculo do ISS. Contudo, a planilha de BDI não apresenta dedução de materiais de forma autônoma. O que ocorre é a utilização de alíquota **média estimada, prática reconhecida e aceita em orçamentos públicos**, com base em percentuais indicativos e condizentes com a metodologia SINAPI.

A dedução prevista no art. 7º, §2º, I, da LC 116/2003 é válida em casos em que os materiais estejam destacados e sejam fornecidos pelo prestador do serviço, o que é o caso típico das empreitadas de construção civil, A alíquota do ISS varia de acordo com o município e o tipo de serviço. Estabelece uma **alíquota mínima** de 2% e uma **alíquota máxima** de 5%.

Cabe à lei municipal fixar as alíquotas do ISS, **exceto com relação ao regime do Simples Nacional e o valor fixo do MEI, cujas alíquotas do ISS estão estabelecidas na LC n. 123**. Todavia, o art. 18, § 20, da LC n. 123 admite que lei municipal reduza o ISS devido por ME e EPP optante pelo Simples Nacional. Portanto, dentro do regime especial do Simples Nacional, a lei municipal somente poderá reduzir a alíquota do ISS, jamais aumentar.

Observa-se que o edital disponibilizou tanto as planilhas orçamentárias, cronogramas e composições quanto as tabelas de BDI e de Encargos Sociais. No item 10.2, diz que a proposta vencedora deverá ser ajustada em suas planilhas orçamentárias, cronogramas e composições unitárias.

**10.2. A licitante classificada em primeiro lugar deverá encaminhar a proposta de preços adequada ao novo valor por ela ofertado bem como a planilha orçamentária e o**



# **CONSTRUTORA MODELAR LTDA**

## **CNPJ: 10.788.243/0001-90**

**cronograma físico financeiro, e as composições UNITÁRIAS em até 24 (Vinte e Quatro) horas, bem como as especificações estipuladas no Edital e seus anexos.**

O fato apresentado pela recorrente de adequação de impostos em tabelas explicativas de BDI e ENCARGOS SOCIAIS é descabido e desproporcional, pois não há nenhuma resolução da jurisprudência sobre tal alegação, se mostrando um completo devaneio, desvinculando completamente as exigências do edital.

Somente com o item 10.2 é possível verificar que a recorrente tem o objetivo de tumultuar o processo. Observamos todas as exigências do edital, vejamos o que dizem os itens 21.4 a seguir:

#### **21.4. A APRESENTAR A PROPOSTA DE PREÇOS NA PLATAFORMA DA SEGUINTE FORMA:**

1. O valor global para a execução do objeto desta licitação (em reais);
2. O período para a execução da obra conforme o projeto básico;
4. Dados do proponente responsável em efetuar a assinatura do contrato: Nome completo, RG nº, CPF nº e cargo que ocupa na empresa.

**A) Planilha Orçamentária** contendo especificações, quantidades, valores unitários e globais, devidamente assinados, sob carimbo, pelo responsável da empresa, contendo os itens descritos nas Planilhas Orçamentárias fornecidas pela Prefeitura.

**B) Cronograma físico e financeiro** obedecendo-se quanto a este às condições de pagamento estabelecidas neste Edital e quanto àquele o prazo estabelecido para a execução do objeto desta licitação.

**C) apresentar também as composições UNITÁRIAS.** (grifo nosso).

Em nenhum momento o edital pediu em sua totalidade “adequação” sob regime tributário da recorrida sangrada vencedora. As tabelas modelos dos valores de BDI e de ENCARGOS SOCIAIS estavam em anexo nas páginas 76 de 78 e 77 de 78. As tabelas foram anexadas, tanto de BDI como de ENCARGOS SOCIAIS, e estão conforme a disponibilizada na **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA n.º 001/2025**.

### **3.1 – ADOÇÃO DAS TABELAS ANEXADAS**

O edital da **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA n.º 001/2025** ANEXO no processo do edital a TABELA (figura 01) que a recorrida adotou como referência o BDI, conforme a pág. 76 de 78.



# CONSTRUTORA MODELAR LTDA

## CNPJ: 10.788.243/0001-90

➡ Página 76 de 78




	<b>ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS</b>  SITE: <a href="http://www.amm.org.br">www.amm.org.br</a> - e-mail: <a href="mailto:centraldeprojetosamm@gmail.com">centraldeprojetosamm@gmail.com</a> AV. RUBENS DE MENDONÇA Nº 3.920 - CEP: 78.000-070 - CUIABÁ - MT FONE: (65) 2123-1200 - FAX: 2123-1251	 	Ref.: Tabela de Serviços SINAPI (AGOSTO/2024)
			NÃO DESONERADO
			BDI 23,54%
<b>COORDENAÇÃO DE PROJETOS</b>			
OBRA: CONSTRUÇÃO DE QUADRA COBERTURA E VESTIÁRIO NA EE PADRE JOSE MARIA DO SACRAMENTO		DATA: 21/05/2025	
LOCAL: AVENIDA VEREADOR GENIVAL NUNES DE ARAUJO, 1341 - CENTRO, NOVA, BRASILÂNDIA - MT, 78860-000		LEIS SOCIAIS: HORISTA 108,84%	
		LEIS SOCIAIS: MENSALISTA 85,40%	
<b>BDI</b>			
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	PERCENTUAL (%)	
1	ADMINISTRAÇÃO DA OBRA	7,30	
1.1	AC - Administração Central	4,00	
1.2	SG - Seguro e Garantia	0,80	
1.3	C - Riscos	1,27	
1.4	DF - Custos Financeiras	1,23	
2.0	LUCRO	7,40	
2.1	L - Lucro Operacional	7,40	
3.0	TRIBUTOS	6,65	
3.1	**ISS	3,00	
3.2	Cofins	3,00	
3.3	Pis	0,65	
3.4	Contribuição Previdenciária - Lei nº 12.546/13	0,00	
**ISS - Repassado pelo município			
Segundo o que determina a lei nº 14.133/21, admite-se fixar o percentual de BDI, desde que seguindo as técnicas da Engenharia e Custos.			
TAXA DE BDI A SER APLICADA SOBRE O CUSTO DIRETO		23,54%	
VALOR DA OBRA		R\$	2.306.525,48
Não incidem IRPJ e CSLL na composição de Tributos.			
CÁLCULO DO BDI			
$BDI = \frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1$			
**ISS - Imposto Sobre Serviços			
5,00%	ISS - Repassado pelo município		
60%	% SOBRE MÃO DE OBRA		

Figura 1 - BDI de acordo com Edital CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 001/2025

O ISS repassado pelo município é de 5,00%, a tabela segue o mesmo modelo anexado no **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA n.º 001/2025**, ou seja, o ISS de 3% calculado para chegar ao total do BDI usado foi executado pela própria licitante, sendo o cálculo sobre o BDI final é de **23,54%**. A alegação de diminuir o valor do BDI é totalmente TEMPESTIVO E USADA PARA manipular O CERTAME, o valor do BDI usado no cálculo da proposta e cronograma e composição unitária de preço permanece o estipulado no edital. O imposto do ISSQN será retido direto da fonte no momento em que for gerada a nota fiscal. Pedir a desclassificação porque supostamente o valor é divergente na tabela explicativa de BDI é totalmente desproporcional.



# CONSTRUTORA MODELAR LTDA

## CNPJ: 10.788.243/0001-90

A tentativa de tumultuar o certame é tão evidente que suposto **“erro apontado” pela recorrente foi igualmente apresentado por ela ao anexar em um processo similar na CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA n.º 002/2024 PROCESSO LICITATÓRIO n.º 455/2024, na qual foi declarada vencedora e está com contrato assinado vigente (figura 2), o mesmo pode ser acessado pelo link:**

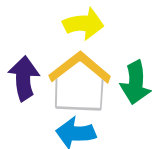
<https://geoobras.tce.mt.gov.br/cidadao/execucao-indireta/contrato/documentos/59407>

Contrato						
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÓPOLIS						
Código: 59407   Contrato N.º: 033   Ano: 2024						
1.6. Documentos						
3 registro(s)						
	Código	Tipo	Descrição	Nome do Arquivo	Tamanho (Kb)	Inclusão
1.1. Dados Iniciais	390795	Publicação do extrato do Contrato		<a href="#">Extrato do Contrato - DOE-MT.pdf</a>	5.111.822,00 Kb	22/08/2024
1.3. Publicações	390794	Publicação do extrato do Contrato		<a href="#">Extrato do Contrato - Jornal da AMM.pdf</a>	81.710,00 Kb	22/08/2024
1.5. Vínculo do Contrato à Licitação	390793	Instrumento Contratual		<a href="#">Contrato Administrativo nº 33-2024.pdf</a>	3.128.181,00 Kb	22/08/2024

Figura 2 - Contrato recorrente GE Obras.

A seguir (figura 3) o contrato vigente citado da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA n.º 002/2024, PROCESSO LICITATÓRIO n.º 455/2024, retirado do sistema do GE Obras Cidadão, comprovando assim que a recorrente está com contrato vigente, vejamos:





# CONSTRUTORA MODELAR LTDA

## CNPJ: 10.788.243/0001-90



Estado de Mat Grosso  
Prefeitura Municipal de Campinápolis

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 033/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 455/2024  
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº002/2024

**CONTRATO ADMINISTRATIVO SERVIÇOS DE ENGENHARIA que entre si celebramo** MUNICÍPIO DE CAMPINÁPOLIS/MT, inscrito no CNPJ sob o nº 00.965.152/0001-29, com sede administrativa na Avenida Benonio Jose Lourenco, 2170, centro, Setor União, município de Campinápolis – MT, CEP 78630-000, representado neste ato por seu Prefeito Municipal José Bueno Vilela, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 470055 SSP/MT e do CPF sob nº 468.583.931-53, residente e domiciliado à Rua Anastacio Feliciano Alves, nº 1420, centro, nesta Cidade de Campinápolis – MT, e a empresa **CONSTRUTORA SÃO BENTO LTDA**, com sede na Rua Brejauva, nº 1006, Bairro Residencial Buritis Primavera V, na cidade de Primavera do Leste-MT, CNPJ nº 43.261.200/0001-00, neste ato representada por **Felype Willian Dos Santos Tschá** portador do RG n.º 658499 SSP/GO, CPF n.º 037.197.441-08 denominados, respectivamente, CONTRATANTE e CONTRATADA, firmam o presente contrato, nos termos da Lei Federal n.º 14.133/2021, e de acordo com a proposta constante do **Edital/Concorrência nº 02/2024**, do Tipo Menor Preço Global, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DORAMO DE ENGENHARIA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA- EM TSD, DRENAGEM SUPERFICIAL, DRENAGEM PROFUNDA, SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL DE VIAS URBANAS NO MUNICÍPIO DE CAMPINÁPOLIS – MT, EM ATENDIMENTO AO CONVÊNIO Nº 0280-2024/SINFRA**, conforme Projetos, Planilha Orçamentária, Cronograma e demais anexos que compõem o presente instrumento.

Figura 3 - contrato Ge Obras recorrente

A recorrente anexa em suas planilhas a mesma planilha de BDI disponibilizada pela então licitação de Campinápolis -MT, Vejamos na figura 04, *(O documento será anexado nas contrarrazões para conferência das assinaturas digitais).*



**CONSTRUTORA MODELAR LTDA**

**CNPJ: 10.788.243/0001-90**

Página 1 de 1

**SÃO BENTO**

OBRA: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM TSD  
LOCAL: DIVERSAS RUAS, CAMPINÁPOLIS-MT  
PROP.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS-MT  
EMPR.: CONSTRUTORA SÃO BENTO LTDA.

BDI - BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS (SERVIÇOS)		
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	PERCENTUAL (%)
1	ADMINISTRAÇÃO DA OBRA	6,08
1.1	AC - Administração Central	4,01
1.2	DF - Custos Financeiras	1,11
1.3	R - Riscos	0,56
1.4	S + G - Seguros + Garantias	0,40
2.0	LUCRO	7,30
2.1	L - Lucro Operacional	7,30
3.0	TRIBUTOS	5,65
3.1	**ISS	2,00
3.2	COFINS	3,00
3.3	PIS	0,65
3.4	Contribuição Previdenciária - Lei nº 12.546/13	0,00

\*\*ISS - Repassado pelo município  
De acordo com o acórdão 2622/2013. TCU - Critérios de aceitabilidade para lucros e despesas indiretas.

TAXA DE BDI A SER APLICADA SOBRE O CUSTO DIRETO	20,70%
-------------------------------------------------	--------

VALOR DA OBRA R\$ 4.009.805,90  
Não incidem IRPJ e CSLL na composição de Tributos.

CÁLCULO DO BDI

BDI = 
$$\frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)}$$

5,00% ISS - Conforme empresa está obrigada a recolher (Simples Nacional)

40,00% % serviços prestados

Conforme declarado pela prefeitura municipal

Documento assinado digitalmente  
gov.br **FELYPE WILLIAN DOS SANTOS TSCHA**  
Data: 14/07/2024 22:08:24-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Primavera do Leste-MT, 15 de Julho de 2024

**KEVINY XAVIER**  
CORREIA:054  
43786105

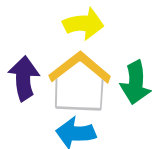
Assinado de forma digital por KEVINY XAVIER  
CORREIA:05443786105  
Dados: 2024.07.13 10:24:44 -04'00'

Figura 4 - Grifo nosso.

O Issqn da cidade de Campinópolis-MT é de 5,00%, entretanto foi apresentado na tabela meramente explicativa o valor de 2,00%. É verídico que o ISSQN é de 5% por que então a recorrente não ajustou o imposto de acordo com sua tributação da cidade Campinópolis-MT?

Usamos como referência na segunda tabela/planilha PADRÃO anexada no edital CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA n.º 001/2025, conforme a página 77 de 78 (figura 05).  
Vejam os:





**CONSTRUTORA MODELAR LTDA**

**CNPJ: 10.788.243/0001-90**



Página 77 de 78




	<b>ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS</b>  SITE: <a href="http://www.amm.org.br">www.amm.org.br</a> - e-mail: <a href="mailto:centraldeprojetosamm@gmail.com">centraldeprojetosamm@gmail.com</a> AV. RUBENS DE MENDONÇA Nº 3.920 - CEP: 78.000-070 - CUIABÁ - MT FONE: (65) 2123-1200 - FAX: 2123-1251	 	Ref.: Tabela de Serviços SINAPI (AGOSTO/2024)		
			NÃO DESONERADO		
			<b>BDI 23,54%</b>		
COORDENAÇÃO DE PROJETOS					
OBRA:	CONSTRUÇÃO DE QUADRA COBERTURA E VESTIÁRIO NA EE PADRE JOSÉ MARIA DO SACRAMENTO		DATA: 21/05/2025		
LOCAL:	AVENIDA VEREADOR GENIVAL NUNES DE ARAUJO, 1341 - CENTRO, NOVA, BRASILÂNDIA - MT, 78860-000		LEIS SOCIAIS: HORISTA 106,84%		
			LEIS SOCIAIS: MENSALISTA 65,40%		
ENCARGOS SOCIAIS SOBRE A MÃO DE OBRA - VIGENTE APARTIR DE 12/2023					
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	COM DESONERAÇÃO		SEM DESONERAÇÃO	
		HORISTA %	MENSALISTA %	HORISTA %	MENSALISTA %
GRUPO A					
A1	INSS	0,00%	0,00%	20,00%	20,00%
A2	SESI	1,50%	1,50%	1,50%	1,50%
A3	SENAI	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
A4	INCRA	0,20%	0,20%	0,20%	0,20%
A5	SEBRAE	0,60%	0,60%	0,60%	0,60%
A6	SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
A7	SEGURO CONTRA ACIDENTES DE TRABALHO	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
A8	FGTS	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%
A9	SECONCI	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
A	TOTAL	16,80%	16,80%	36,80%	36,80%
GRUPO B					
B1	REPOUSO SEMANAL REMUNERADO	17,77%	Não incide	17,77%	Não incide
B2	FERIADOS	3,67%	Não incide	3,67%	Não incide


Figura 5 -Encargos de Acordo com Edital CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 001/2025

Cumprimos todas as exigências do edital da **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 001/2025, PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 032/2025 da PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA-MT.** O intuito desesperado da recorrente de **manipular o certame é nítido**, uma vez que apresenta, NOVAMENTE, no certame similar citado acima (CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA n.º 002/2024, PROCESSO LICITATÓRIO n.º 455/2024 em Campinópolis, MT) a mesma tabela/ planilha com “**erros**” que recorrida teria cometido mudando apenas o cabeçalho. Vejamos na figura 6. *(O documento será anexado nas contrarrazões para conferência das assinaturas digitais).*



**CONSTRUTORA MODELAR LTDA**

**CNPJ: 10.788.243/0001-90**



OBRA:

LOCAL:

PROPR.:

EMPRL.:

PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM T8D

DIVERSAS RUAS, CAMPINÁPOLIS-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS-MT

CONSTRUTORA SÃO BENTO LTDA.

ENCARGOS SOCIAIS SOBRE A MÃO DE OBRA

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	COM DESONERAÇÃO				SEM DESONERAÇÃO			
		HORISTA	%	MENSALISTA	%	HORISTA	%	MENSALISTA	%
GRUPO A									
A1	INSS		0,00%		0,00%		20,00%		20,00%
A2	SESI		1,50%		1,50%		1,50%		1,50%
A3	SENAI		1,00%		1,00%		1,00%		1,00%
A4	INCRA		0,20%		0,20%		0,20%		0,20%
A5	SEBRAE		0,60%		0,60%		0,60%		0,60%
A6	SALARIO EDUCAÇÃO		2,50%		2,50%		2,50%		2,50%
A7	SEGURO CONTRA ACIDENTES DE TRABALHO		3,00%		3,00%		3,00%		3,00%
A8	FGTS		8,00%		8,00%		8,00%		8,00%
A9	SECONCI		0,00%		0,00%		0,00%		0,00%
A	TOTAL		16,80%		16,80%		36,80%		36,80%
GRUPO B									
B1	REPOUSO SEMANAL REMUNERADO		17,77%		Não incide		17,77%		Não incide
B2	FERIADOS		3,87%		Não incide		3,87%		Não incide
B3	AUXILIO - ENFERMIDADE		0,88%		0,84%		0,88%		0,64%
B4	13º SALARIO		11,42%		8,33%		11,42%		8,33%
B5	LICENÇA PATERNIDADE		0,06%		0,04%		0,06%		0,04%
B6	FALTAS JUSTIFICADAS		0,76%		0,56%		0,76%		0,56%
B7	DIAS DE CHUVAS		1,12%		Não incide		1,12%		Não incide
B8	AUXILIO ACIDENTE DE TRABALHO		0,10%		0,08%		0,10%		0,08%
B9	FERIAS GOZADAS		0,00%		0,00%		0,00%		0,00%
B10	SALARIO MATERNIDADE		0,04%		0,03%		0,04%		0,03%
B	TOTAL		35,82%		9,68%		35,82%		9,68%
GRUPO C									
C1	AVISO PREVIO INDENIZADO		6,23%		4,55%		6,23%		4,55%
C2	AVISO PREVIO TRABALHADO		0,15%		0,11%		0,15%		0,11%
C3	FERIAS INDENIZADAS		11,47%		8,37%		11,47%		8,37%
C4	DEPOSITO RESCISAO SEM JUSTA CAUSA		2,12%		1,55%		2,12%		1,55%
C5	INDENIZACAO ADICIONAL		0,52%		0,38%		0,52%		0,38%
C	TOTAL		20,49%		14,96%		20,49%		14,96%
GRUPO D									
D1	REINCIDENCIA DE GRUPO A SOBRE GRUPO B		6,02%		1,63%		13,18%		3,56%
D2	REINCIDENCIA DE GRUPO A SOBRE AVISO PREVIO TRABALHADO E REINCIDENCIA DO FGTS SOBRE AVISO PREVIO INDENIZADO		0,52%		0,38%		0,55%		0,40%
D	TOTAL		6,54%		2,01%		13,73%		3,96%
			79,65%		43,45%		106,84%		65,40%

gov.br

Documento assinado digitalmente

FELYPEWILLIAN DOS SANTOS TSCHA

Data: 14/07/2024 22:05:48-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Primavera do Leste-MT, 15 de Julho de 2024

Felype Willian dos Santos Tscha

CPF.: 037.197.441-08

KEVINY XAVIER

CORREIA:05

443786105

Assinado de forma digital por KEVINY XAVIER

CORREIA:05443786105

Dados: 2024.07.13 10:26:32 -04'00'

Figura 6 - Grifo Nosso.

O mesmo “erro” apontado foi cometido pela recorrente em uma licitação semelhante que ocorreu na cidade de CAMPINÁPOLIS – MT no ano de 2024 e que está com contrato vigente. É verídico que o ISSQN de Campinópolis – MT é de 5%, por que então a recorrente não ajustou o imposto de acordo com SEU REGIME DE TRIBUTAÇÃO? Uma empresa de grande porte, seu regime tributário não é o simples nacional. A figura 7 dispõe sobre o sistema de tributação da licitação citada, trecho retirado da lei municipal, observamos a seguir:



# CONSTRUTORA MODELAR LTDA

## CNPJ: 10.788.243/0001-90

**Art. 119 - A base de cálculo do imposto é o preço do serviço.**

§ 1º Quando os serviços descritos pelo subitem 3.04 da lista anexa forem prestados no território de mais de um Município, a base de cálculo será proporcional, conforme o caso, à extensão da ferrovia, rodovia, dutos e condutos de qualquer natureza, cabos de qualquer natureza, ou ao número de postes, existentes em cada Município.

§ 2º Não se incluem na base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza:

Av. Benônimo José Lourenço, 2170 – Setor União – Tel.: (66) 3437-1992 – Campinópolis – MT  
CPF 78.630-000 – CNPJ. 00.965.152/0001-29



32



### ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÓPOLIS

I - o valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços previstos nos itens 7.02 e 7.05 da lista de serviços anexa a esta Lei;

**Art. 120 - alíquotas máximas do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza são as seguintes:**

**I – Quando os serviços descritos pelo item 15 e seus subitens da lista anexa forem prestados no Município, a base de cálculo será de 05 % (cinco por cento);**

**II – demais serviços, 03 % (três por cento).**

*Figura 7 - imposto sobre serviço Campinópolis - MT.*

A recorrida é, de fato, optante do Simples Nacional e não está obrigada a aplicar em sua planilha exatamente os percentuais de tributos federais individualizados (PIS, COFINS, etc.), visto que seu recolhimento é unificado e variável, conforme a receita bruta. O Tribunal de Justiça de Sergipe, TJ-SE - Mandado de Segurança Cível: MSCIV 0013542-20.2020.8.25.0000, considera desclassificação indevida, vejamos:

Administrativo – Mandado de Segurança – Perda do Objeto – Inocorrência – Mérito: – Licitação – Planilha de Custos – Alíquota do ISS - Base de Cálculo – Dedução dos gastos com materiais – **Mera Irregularidade que não Compromete os Princípios norteadores e o próprio Edital do Certame – Desclassificação indevida da Impetante – Possibilidade de Correção – Segurança parcialmente concedida.** I – Na hipótese dos autos, após a



impetração e antes da concessão da liminar, o procedimento licitatório foi considerado fracassado, ou seja, os participantes (incluindo a impetrante) foram desclassificados por não atenderem às exigências do edital. Ocorre que se dicuste, nesse mandamus, justamente o ato que desclassificou a impetrante por suposta desobediência às regras editalícias.

II – Assim, patente o interesse da impetrante no julgamento do presente writ, na medida em que afastado o ato de desclassificação, por certo o certame deverá prosseguir os seus ulteriores termos, o que descaracterizaria a alegada situação de licitação fracassada, não havendo falar em perda do objeto da ação mandamental.

**III – O Supremo Tribunal Federal assentou o entendimento de que é possível deduzir da base de cálculo do ISS o valor referente aos materiais empregados na construção civil, conforme Recurso Extraordinário 603.497/MG, submetido ao rito da repercussão geral;**

**IV – Considerando os precedentes jurisprudenciais sobre a questão, mostra-se plenamente justificável e aceitável a proposta apresentada, deduzindo da base de cálculo do ISS o valor referente aos materiais empregados na construção civil, de modo que a irregularidade indicada pela Administração para desclassificar a impetrante se mostra ilegal, posto que passível de correção;**

V – Nesse passo, conforme orientação da Corte Superior, “Rigorismos formais extremos e exigências inúteis não podem conduzir a interpretação contrária à finalidade da lei, notadamente em se tratando de concorrência pública, do tipo menor preço, na qual a existência de vários interessados é benéfica, na exata medida em que facilita a escolha da proposta efetivamente mais vantajosa (Lei 8.666/93, art. 3º)”,

REsp 797 .179/MT, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/10/2006, DJ 07/11/2006, p. 253) VI – Segurança parcialmente concedida. (Mandado de Segurança Cível Nº 202000140360 Nº único: 0013542-20 .2020.8.25.0000 - TRIBUNAL PLENO, Tribunal de Justiça de Sergipe - Relator (a): Iolanda Santos Guimarães - Julgado em 24/03/2022) (TJ-SE - MSCIV: 00135422020208250000, Relator.: Iolanda Santos Guimarães, Data de Julgamento: 24/03/2022, TRIBUNAL PLENO)

O TCU reconhece que as empresas podem apresentar os percentuais que entenderem adequados, desde que compatíveis com o valor total recolhido. Não há, portanto, irregularidade.

### **3.2– INEXISTÊNCIA DE EXIGÊNCIA DE NOTAS EXPLICATIVAS**

O edital exigiu balanço patrimonial e demonstração do resultado na forma da lei. A recorrida apresentou os documentos regularmente registrados na Junta Comercial, o que cumpre os requisitos legais. Sobre a **nota explicativa, não há exigência expressa no edital quanto à sua apresentação separada.**



# **CONSTRUTORA MODELAR LTDA**

## **CNPJ: 10.788.243/0001-90**

A alegação de que não foram apresentadas **NOTAS EXPLICATIVAS** como parte integrante do balanço NÃO PROCEDE, a inabilitação por tal fato configuraria uma violação aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório, da proporcionalidade e da razoabilidade. A lesão a direito líquido e certo configurada. Vejamos o que diz TJPR - 4ª C. Cível.

REEXAME NECESSÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. CONCORRÊNCIA, TENDO POR OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS PARA OBRA DE IMPLANTAÇÃO DE REDE COLETORA DE ESGOTO. **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA. INABILITAÇÃO PELA NÃO APRESENTAÇÃO DE NOTAS EXPLICATIVAS. EXIGÊNCIA NÃO PREVISTA EM EDITAL. ILEGALIDADE. VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE. LESÃO A DIREITO LÍQUIDO E CERTO CONFIGURADA. SENTENÇA CONFIRMADA EM SEDE DE REEXAME NECESSÁRIO.**

(TJPR - 4ª C. Cível - 0001875-41.2020.8.16 .0112 - Marechal Cândido Rondon - Rel.: Desembargador Abraham Lincoln Calixto - J. 08.03 .2021)

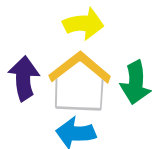
(TJ-PR - SS: 00018754120208160112 PR 0001875-41.2020.8.16 .0112 (Acórdão), Relator.: Desembargador Abraham Lincoln Calixto, Data de Julgamento: 08/03/2021, 4ª Câmara Cível, Data de Publicação: 14/03/2021) (*grifo Nosso*).

A inabilitação por falta de NOTA EXPLICATIVA seria um ato infralegal, o edital do certame não dispôs que as notas explicativas integrariam a demonstração contábil. Se há normas de natureza técnica que deveriam constar na proposta do licitante, deveriam estar dispostas no instrumento convocatório, O QUE NÃO OCORREU. Em outras palavras, não poderíamos ser desclassificados por não atender normas técnicas infralegais, quando o próprio edital não expressamente estabelece quais são.

Ainda na mesma decisão, *TJPR - 4ª C. Cível - 0001875-41.2020.8.16*, que erroneamente inabilitou a concorrente após a um recurso, esclarece que, vejamos:

**O ato administrativo, no caso dos autos, violou o princípio da vinculação ao instrumento licitatório, previsto na Lei de Licitações.** Inicialmente, a autora foi tida como habilitada, tendo sido sua documentação avaliada pela comissão. Veja:[...]Somente após referido recurso é que a autarquia mudou o seu entendimento, aquele que vinha aplicando aos editais idênticos, em processos licitatórios anteriores. Ora, em que pese a Administração poder revisar o mérito do ato administrativo, dado seu poder de autotutela, a mesma situação, ocorrida no edital nº 01/2019, quando houve redação idêntica ao edital discutido nos autos **e não se exigiu as notas explicativas, mostra o caráter desarrazoado da medida de inabilitação**





**CONSTRUTORA MODELAR LTDA**

**CNPJ: 10.788.243/0001-90**

**da impetrante neste momento, quando não havia expressa previsão da sua necessidade no edital.**

(TJPR - 4ª C. Cível - 0001875-41.2020.8.16 .0112 - Marechal Cândido Rondon - Rel.: Desembargador Abraham Lincoln Calixto - J. 08.03 .2021)

(TJ-PR - SS: 00018754120208160112 PR 0001875-41.2020.8.16 .0112 (Acórdão), Relator.: Desembargador Abraham Lincoln Calixto, Data de Julgamento: 08/03/2021, 4ª Câmara Cível, Data de Publicação: 14/03/2021) (grifo Nosso).

A recorrente, em momento algum, questionou-se a regularidade do balanço patrimonial da parte recorrida, posto que, na realidade, requer a inabilitação tão somente da ausência de apresentação das notas explicativas, conjuntamente com o balanço patrimonial. De fato, não há previsão expressa no edital no item 11.3.3.4. **(Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado de Exercício dos 02 (dois) últimos exercícios sociais)**, para apresentação de tal documento. O edital se limita a informar que a apresentação deveria ocorrer na forma da lei, vejamos:

11.3.3.4. **Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado de Exercício dos 02 (dois) últimos exercícios sociais**, já exigíveis nos prazos da Receita Federal Brasileira e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do **ÍNDICE GERAL DE PREÇOS – DISPONIBILIDADE INTERNA – IGP - DI**, publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV ou de outro indicador que o venha substituir.

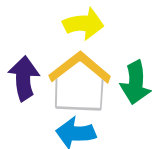
11.3.3.5. No caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, a apresentação do balanço patrimonial limitar-se-ão ao último exercício social.

11.3.3.6. As Normas Brasileiras de Contabilidade não estabelecem ou dão qualquer indicação da data limite para que a empresa tenha suas Demonstrações Contábeis concluídas e devidamente transcritas no Livro Diário. Desta forma conforme Lei nº 6.404/76 (artigo 132), Código Civil Brasileiro (artigo 1.078), Processo nº 18.737-2/2018 do TCE/MT e Acórdão nº 1999/2014-Plenário do TCU, para todas as empresas independente de seu regime, elenca-se abaixo os exercícios sociais para fins de análise deste processo licitatório, que serão considerados aceitos se assim apresentados:

11.3.3.7. A partir do 1º (primeiro) dia do mês de junho (01/06) – **Exercício Social: 2023 e 2024**

11.4. **Deverá ser enviado Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado de Exercício-DRE, devidamente autenticado na Junta**





# CONSTRUTORA MODELAR LTDA

## CNPJ: 10.788.243/0001-90

Comercial da sede ou domicílio da licitante ou publicado em outro órgão, diário, jornal equivalente. (*grifo Nosso*).

Mostra-se razoável e proporcional o excesso de formalismo na exigência de apresentação das "**notas explicativas**", posto que tal documento contábil não tem a capacidade de demonstrar a qualificação econômico-financeira da recorrida, mas de tão somente esclarecer a forma de realização do balanço patrimonial. **A cobrança das mesmas viola o edital**, ou seja, o princípio da legalidade e da vinculação ao instrumento convocatório, de modo que fere o direito líquido e certo do impetrado. Vejamos outra decisão da 4ª Câmara de Direito Público:

APELAÇÃO – MANDADO DE SEGURANÇA – LICITAÇÃO – Inabilitação em qualificação econômico-financeira por ausência de apresentação de notas explicativas aos balanços patrimoniais e demonstrações contábeis – **Illegalidade – Exigência não contida no art. 31, I, da Lei nº 8.666/93 – Precedentes – Sentença de improcedência reformada – Concessão da segurança – Apelação provida.**

(TJ-SP - AC: 10033305820208260625 SP 1003330-58 .2020.8.26.0625, Relator.: Ana Liarte, Data de Julgamento: 05/08/2021, 4ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 05/08/2021). (*grifo Nosso*).

Podemos observar uma decisão com mesmo entendimento: Tribunal de Justiça de Santa Catarina TJ-SC Quarta Câmara de Direito Público:

REEXAME NECESSÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA. INABILITAÇÃO DA EMPRESA LICITANTE **POR AUSÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE 'NOTAS EXPLICATIVAS' JUNTAMENTE COM A DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL E BALANÇO PATRIMONIAL AUSÊNCIA DE PREVISÃO EDITALÍCIA. OFENSA AO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. SENTENÇA CONCESSIVA DA ORDEM MANTIDA. REMESSA DESPROVIDA.** "(...) o princípio da vinculação ao instrumento convocatório obriga a Administração a respeitar estritamente as regras que haja previamente estabelecido para disciplinar o certame, como, aliás, está consignado no art. 41 da Lei 8.666" (MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo . 28ª ed. São Paulo: Malheiros Editora, 2010, p. 542).

(TJ-SC - REEX: 03010065520158240080 Xanxerê 0301006-55 .2015.8.24.0080, Relator.: Edemar Gruber, Data de Julgamento: 08/09/2016, Quarta Câmara de Direito Público). (*grifo Nosso*).

Não se confunde com 'formalismo', que se caracteriza por exigências inúteis e desnecessárias. A inabilitação da recorrida diante de meras omissões nas propostas



# CONSTRUTORA MODELAR LTDA

## CNPJ: 10.788.243/0001-90

por sua irrelevância, a falta de “nota explicativa” não causa prejuízo à Administração ou aos demais licitantes. Como regra dominante nos processos judiciais: não se decretam inabilitações onde não houver dano para qualquer das partes. É válido citar ainda a continuação do Inteiro Teor da (TJ-SC - REEX: 03010065520158240080 Xanxerê 0301006-55 .2015.8.24.0080, Relator.: Edemar Gruber, Data de Julgamento: 08/09/2016, Quarta Câmara de Direito Público).

[...] Em não havendo disposição no edital acerca da obrigatoriedade de apresentação de notas exemplificativas a fim de comprovar o balanço patrimonial, a manutenção da impetrante no certame é medida que se impõe, pois **"o princípio da vinculação ao instrumento convocatório obriga a Administração a respeitar estritamente as regras que haja previamente estabelecido para disciplinar o certame**, como, aliás, está consignado no art. 41 da Lei 8.666 (MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 28ª ed. São Paulo: Malheiros Editora, 2010, p. 542) (RN n. 0300995-26.2015.8.24.0080, rel. Des. Francisco Oliveira Neto, j. 17-05-2016). (grifo Nosso).

### 3.3 – ERRO MATERIAL

Mesmo que os apontamentos da recorrente tivessem embasamento concreto (o que não procede), as ponderações podem ser considerado apenas como um erro material, vejamos ao analisar hipoteticamente como omissões um caso de erro material, o TCU indicou **ser dever da Administração a promoção de diligências para o saneamento de eventuais falhas na proposta** e reafirmou a impossibilidade de o licitante majorar o valor inicialmente proposto:

**A existência de erros matérias ou omissões nas planilhas de custo e preços das licitantes não enseja a desclassificação antecipada das respectivas propostas**, devendo a Administração contratantes realizar diligências junto às licitantes para a devida correção de falhas, desde que não seja alterado o valor global proposto. (Acórdão 2.546/2015 -Plenário). (grifo Nosso).

É notório que os apontamentos NÃO TÊM embasamento concreto, no vasto acervo material NÃO HÁ nenhuma resolução da jurisprudência sobre readequação de impostos sobre regime tributário por ser IRRELEVANTE E NÃO MAJORA EM NENHUM MOMENTO



# **CONSTRUTORA MODELAR LTDA**

## **CNPJ: 10.788.243/0001-90**

OS VALOR FINAL DA PROPOSTA, não trazendo prejuízos a administração pública, sendo o recurso interposto pela recorrente totalmente **TEMPESTIVO**.

Outra decisão do TCU tem o mesmo entendimento no Acórdão 1.398/2016 - Plenário). Vejamos:

A mera existência de erro material ou de omissão na planilha de custos e de formação de preços da licitante não enseja, necessariamente, a desclassificação antecipada da sua proposta, devendo a Administração promover diligência junto ao interessado para a correção das falhas, sem permitir, contudo, a alteração do valor global originalmente proposto (Acórdão 1.398/2016 - Plenário). *(grifo Nosso)*.

O TCU não permite a desclassificação da recorrida caso tenha um erro de preenchimento dos preços da planilha, **MANTER** os números de um imposto conforme a tabela/planilha em anexo no **EDITAL É TOTALMENTE NORMAL E CORRIQUEIRO**, a recorrida comprovou através dos anexos citados que a recorrente em licitações similares a **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA n.º 001/2025** também apresenta AS PLANILHAS DE BDI E ENCARGOS **IGUAIS** às anexadas, evidenciando assim sua **CRISTALINA INTENÇÃO DE TUMULTUAR O CERTAME**. Solicitar a inabilitação da recorrida sem comprovar que existem erros verídicos, além de ser considerado **FORMALISMO EXAGERADO**, é **totalmente IMORAL**.

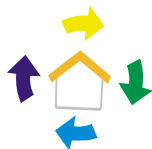
Vejamos o que diz o Acórdão 357/2015 – Plenário.

**Falhas formais, sanáveis durante o processo licitatório, não devem levar à desclassificação da licitante.** No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do Formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados. *(grifo Nosso)*.

Mais ainda:

**Não se desclassifica propostas de licitante pelo descumprimento de exigências pouco relevantes,** em respeito ao princípio do formalismo moderado e da obtenção da proposta mais vantajosa à Administração (Acórdão 11907/2011 – Segunda Câmara). *(grifo Nosso)*.

As alegações do Recurso são totalmente irrelevantes, visto que nossa **Proposta Formal coincide com o valor das Planilhas de Preço** segundo a classificação da plataforma eletrônica de licitação, LICITANET. A Lei 8.666/1993 diz que:



# **CONSTRUTORA MODELAR LTDA**

## **CNPJ: 10.788.243/0001-90**

O disposto no caput do art. 41 da Lei 8.666/1993, **que proíbe a Administração de descumprir as normas e o edital, deve ser aplicado mediante a consideração dos princípios basilares que norteiam o procedimento licitatório, dentre eles o da seleção da proposta mais vantajosa** (Acórdão 3381/2013 - Plenário).

A jurisprudência do TCU orienta que a Administração deve evitar desclassificação por formalismos excessivos quando não há prejuízo à competitividade ou à execução contratual.

Sabe-se que todo procedimento licitatório está submetido, dentre outros, a dois princípios básicos: **o princípio da vinculação ao instrumento convocatório e o princípio do julgamento objetivo** (LF n.º 8.666, de 21.06.1993, art. 3º). A incidência de tais princípios, no caso concreto, impede que se extraiam do instrumento convocatório (edital) exigências implícitas ou cláusulas abertas, **como "adequação" sob o regime tributário, o ISS, e as notas explicativas aos balanços patrimoniais**.

Tanto com base em preceito legal e na lição doutrinária e jurisprudencial, pedir a inabilitação pela falta de apresentação dos documentos já referidos consistiu em desarrazoada e despicienda exigência, fora do escopo da busca do real interesse público. Afinal, a suposta **adequação BDI, Encargos Sociais** e apresentação de Notas **Explicativas** mostra-se, de fato, **INCABÍVEL, por não ser uma exigência prevista de maneira expressa e obrigatória no Edital da Licitação em Apreço**.



# **CONSTRUTORA MODELAR LTDA**

## **CNPJ: 10.788.243/0001-90**

### **4 – DO PEDIDO**

Conforme os fatos e argumentos apresentados nestas CONTRARRAZÕES RECURSAIS, solicitamos como lúdima justiça que:

A – A peça recursal da recorrente seja **INDEFERIDA INTEGRALMENTE**, pelas contrarrazões e fundamentos expostos.

B – Adotamos as planilhas de BDI e de ENCARGOS SOCIAIS exatamente iguais as disponibilizadas no edital em apreço, **NÃO HÁ EXIGÊNCIAS** sob adequação de regime tributário, e, caso seja entendido pela Comissão como um erro, é configura apenas um erro material insignificante, **não cabe desclassificação**, podendo ser reajustado SEM a majoração do preço vencedor do certame.

C – O edital **NÃO exigiu** em sua totalidade anexar **nota explicativa** junto ao balanço.

D - Cumprimos todos os requisitos segundo a lei e fomos declarados **HABILITADOS**. Apresentamos os documentos de boa-fé e não há qualquer vício insanável que comprometa a lisura do certame. A proposta foi integralmente elaborada consoante as exigências editalícias, com observância aos princípios da vantajosidade, legalidade e competitividade, conforme art. 5º da Lei n.º 14.133/2021.

### **Diante do exposto, requer-se:**

1. Que essa Comissão mantenha sua **DECISÃO**, conservando a **Construtora Modelar Ltda. HABILITADA** no certame.

2. O **NÃO PROVIMENTO INTEGRALMENTE DO RECURSO INTERPOSTO** pela Construtora São Bento Ltda.

Termos em que,

Pede e espera deferimento.

*Campinópolis – MT, 02 de agosto de 2025.*

**CONSTRUTORA MODELAR LTDA**

**Cnpj:10.788.243/0001-90**

**Marcos Teixeira de Queiroz**

CPF. nº. 896.074.811-00

RG: 1297667-9